

NONA



Nº 211

Informativo do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Paraná | Ano XVI | Assessoria de Comunicação



Edição do aniversário de 38 anos do TRT-PR



Expediente

Informativo NONA

Publicação do TRT do Paraná

Presidente:

Desembargador Altino Pedrozo dos Santos

Vice-Presidente:

Desembargadora Ana Carolina Zaina

Corregedora Regional:

Desembargadora Fátima T. Loro Ledra Machado

Diretor-Geral:

Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral da Presidência:

Vanderlei Crepaldi Peres

Secretário-Geral Judiciário:

Gerson Luiz Magnabosco

Secretária do Tribunal Pleno

Órgão Especial e Sessão Especializada:

Ana Cristina Navarro Lins

Assessor de Imprensa e

jornalista responsável:

Marcos Tosi

Redação:

Angélica Betencourt, Alexandre Gonçalves,

Gilberto Bonk, Marcio Lopes, Marcos Tosi

e Nelson Copruchinski

Estagiários:

Carolina Pereira e Giuliana Nogara

Fotos desta edição:

Alexandre Gonçalves e Jason Silva

Revisão:

Alexandre Gonçalves, Gilberto Bonk,

Marcos Tosi e Nelson Copruchinski

Projeto Gráfico:

Joel Alexandre Gogola

Tiragem:

700 exemplares

Disponível no site do TRT

www.trt9.jus.br

Impressão:

Gráfica Radial

Missão do TRT

“Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão”.

Visão do TRT

“Ser referencial de qualidade e agilidade na prestação jurisdicional trabalhista”.



Sugestões de matéria

Assessoria de Comunicação Social

Av. Vicente Machado, 147 - 8º andar

CEP 80.420-010 - Curitiba-PR

Fone: (41) 3310-7309

ascom@trt9.jus.br

■ Aniversário do TRT-PR - 38 anos

Ontem e hoje, o mesmo ideal de justiça



Primeira composição do TRT-PR - 1976



Atual administração do TRT-PR - 2014

A conquista emancipadora da sociedade paranaense com a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, em 1976, foi celebrada no mês de setembro em uma solenidade que prestou homenagem e reconhecimento àqueles que construíram uma história de 38 anos de pacificação de conflitos e promoção da justiça.

Na semana do aniversário, o TRT-PR condecorou com a Comenda da Ordem das Araucárias os ministros do Tribunal Superior do Trabalho João Oreste Dalazen, Fernando Eizo Ono e Luiz José Guimarães Falcão, cujas histórias de vida estão intimamente ligadas ao Paraná. Também foram distinguidas pela Ordem do Mérito a desembargadora Cláudia Cristina Pereira e a juíza aposentada Carmen Amin Ganem, primeira mulher a presidir o TRT-PR.

Magistrados e servidores que completaram 25 anos no Tribunal tiveram reconhecimento público pelos serviços prestados. O diploma "Magistrado Jubileu de Pra-

ta" foi conferido aos juízes Paulo Henrique Kretzsmar e Conti, titular da 4ª Vara de São José dos Pinhais, e Paulo Possebon de Freitas, substituto da Vara do Trabalho de Nova Esperança; um grupo de 59 servidores recebeu o diploma "Servidor Jubileu de Prata".

Em 38 anos, a sociedade paranaense se transformou, cultural e socioeconomicamente. Em termos econômicos, o PIB do Paraná tem hoje praticamente o mesmo tamanho do PIB de todo o Brasil em 1976 (cerca de US\$ 120 bilhões), um claro indicativo da intensidade das transformações ocorridas. Para mediar os conflitos na relação capital e trabalho, o TRT-PR, que começou com apenas oito juízes, hoje é composto por mais de 200 magistrados e 2400 servidores.

O que não mudou são os ideais que motivam a atuação destes magistrados e servidores, delineados na missão oficial do TRT-PR: "Solucionar os conflitos provenientes das relações trabalhistas com qualidade, agilidade, uso responsável dos recursos e respeito ao cidadão".



Alexandre Gonçalves

Ministros Dalazen, Falcão e Fernando Ono foram homenageados por ajudarem a construir o TRT-PR



Alexandre Gonçalves

Desembargadora Cláudia Cristina Pereira recebe a Comenda das Araucárias das mãos do desembargador Arnor Lima Neto

Um marco de emancipação

“São duas as palavras que melhor podem descrever o significado daquele dia em que foi instalado o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná: emancipação e autodeterminação”, afirmou o presidente Altino Pedrozo dos Santos, ao discursar na comemoração do aniversário no Auditório Pedro Ribeiro Tavares, em Curitiba.

Foi em uma sexta-feira, em 1976, que o então presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Rezende Puech, acompanhado do governador Jayme Canet Júnior, instalou oficialmente em Curitiba o TRT da 9ª Região, com sede na Rua 24 de Maio. Até então, as Juntas de Conciliação e Julgamento do Paraná estavam submetidas à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo. Com a Lei nº 6.241/1975, Paraná e Santa Catarina passaram a integrar a 9ª Região, situação que permaneceu até 1981, quando foi instituído o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, em Santa Catarina.

Durante a solenidade da celebração dos 38 anos foram lembrados os juízes da primeira composição do TRT da 9ª Região: Pedro Ribeiro Tavares, Alcides Nunes Guimarães, José Lacerda Junior, Wagner Giglio, Alberto Manenti, Tobias de Macedo Filho, Luiz José Guimarães



Alexandre Gonçalves

Presidente Altino Pedrozo dos Santos conduz o Tribunal Regional do Trabalho do Paraná em seu 38º ano

Falcão e Carmen Amin Ganem. A música abriu e fechou a cerimônia. No início, o Coral Paraná Em Canto, composto por servidores do TRT-PR, entoou o Hino Nacional, enquanto no encerramento as atrações foram o repertório de MPB executado pelo trio instrumental "Mano a Mano" e a apresentação do grupo "Ópera Flash Mob".



Alexandre Gonçalves

Músicos do trio Mano a Mano



Alexandre Gonçalves

Cantores do grupo Ópera Flash Mob



Alexandre Gonçalves

Juiz Paulo Possebon de Freitas (primeiro do lado direito) e servidores que completaram 25 anos de serviços prestados ao Tribunal posam para foto histórica ao lado do presidente Altino Pedrozo dos Santos

Concurso inédito premiou histórias vividas no Tribunal

Entre as novidades da celebração deste ano estiveram fotografias da composição atual de dezenas de equipes de unidades do Tribunal, expostas no foyer do prédio histórico, e que agora estão no acervo do Centro de Memória. Outro destaque foi o concurso "Conte uma História Vivida no TRT". Mais de 40 relatos concorreram. As duas histórias vencedoras foram encenadas na cerimônia do aniversário pelo grupo teatral "Retirados da Pauta", composto por magistrados e servidores.

O caso que ficou em primeiro lugar, "Confusão no Balcão", de autoria da servidora Niria Nelci Negrão dos Santos, narra a situação em que o autor de um processo, chamado Vilmar, chega ao balcão se apresentando como Amanda, exigindo a certidão de comparecimento em audiência. O imbróglio só é resolvido quando, a muito custo, fica esclarecido que Vilmar e Amanda são a mesma pessoa. Abaixo, um resumo das cinco histórias mais bem classificadas no concurso.

1º lugar: Confusão no balcão Servidora Niria Nelsi Negrão dos Santos

Eu atendo o público na 2ª Vara de Curitiba já há muito tempo e tenho bastante experiência para prestar a melhor informação com rapidez e agilidade. Mas naquele dia a situação toda me confundiu tanto que demorei minutos para entender o que estava acontecendo.

Eu estava à frente do computador realizando a baixa de uma carga de autos quando adentra pela porta uma moça morena, segurando sua bolsa de cor muito viva.

Levantei meu olhar para ela, a qual solicitou uma 'certidão de comparecimento'.

'Mais uma certidão', eu pensei. Nada demais.

Fui até o balcão onde ela estava e perguntei qual o horário da audiência, se ela era a reclamante ou a testemunha e solicitei a apresentação de um documento de identificação.

'Eu estava na audiência das 14 horas', ela respondeu.

Olhei na pauta de audiências daquele dia e a audiência das 14 horas tinha como reclamante o Vilmar das quantas. 'Eu acho que não é aqui desta Vara', falei. 'Será que a sua audiência não é da 1ª Vara que fica aqui ao lado?'.

A moça olhou para mim, já meio consternada, e disse que não, que a audiência à qual ela tinha comparecido era na 2ª Vara mesmo. Tentei procurar outra audiência na qual a reclamante fosse uma mulher, e perguntei o seu nome. Ela respondeu que se chamava Amanda.

Vasculhei a pauta de audiências daquele dia, olhando desde a primeira audiência até a última e não encontrei nenhuma reclamante Amanda. Perguntei, então, se ela não teria se confundido ao dizer que era a reclamante, quando na verdade era uma testemunha.

Nesse ponto ela começou a ficar zangada e a gesticular muito, de maneira estranha. Disse que tinha certeza de ser a reclamante e que a audiência era a das 14 horas na 2ª Vara. Fez sinal, então, chamando o seu advogado. Ele me con-

firmou as informações que a Amanda tinha prestado, e eu já não entendia mais nada.

Quando ela retirou a identidade da bolsa para me repassar eu não aceitei, explicando que se era realmente a audiência do Vilmar ele é que deveria estar ali para solicitar a certidão, com o documento de identidade dele.

A Amanda então enlouqueceu!

'Até quando?, meu Deus! Até quando?', ela gritava em plena fúria.

Foi então que o seu advogado me explicou, baixinho, que a Amanda era, na verdade, o Vilmar! Que nó que isso deu na minha cabeça!

Sentei e comecei a fazer a certidão, ainda não sabendo direito que nome iria ali registrar...

Só sei que depois da certidão impressa e entregue (com o nome do Vilmar), fiquei mais aliviada, e a moça se acalmou um pouco, mas nem tanto. Saiu esbravejando: 'Até quando?, meu Deus! Até quando?'



Ilustração: Lucas Mariano

2º lugar: A história do bicheiro

Servidor Lauro Gomes da Silva

Tudo começou em 1987, acho, quando ainda trabalhava no extinto Setor de Zeladoria. Um dia a Zelinda convidou a mim e a Carmen para ajudá-la num quiosque que ela estava montando no Parque Castelo Branco, na Expo-tiba daquele ano. Claro que, na expectativa da diversão, aceitamos. Fazíamos tanta bagunça com os clientes que muitos deles voltavam só pelo atendimento, chegando, em algumas ocasiões, a serem fotografados com eles.

Alguns anos depois, na 9ª Vara do Trabalho de Curitiba, secretariando a Sala de Audiências para o saudoso Dr. Roberto Dalla Barba, uma testemunha revela que apenas alugava a garagem do reclamado para fazer “apontamento de jogo do bicho” e que o autor era um desses “apontadores”. Imaginem o rebuliço que houve naquela sala: advogados protestando, o autor indignado, Classistas em polvorosa... Para resumir: este escriba foi nomeado como Oficial de Justiça “Ad Hoc” para atuar na diligência. Fui “emprestado” ao Ministério Público para, honestamente, com o maior constrangimento, dar o famoso “teje preso” para o reclamado. Após toda a balbúrdia, para minha surpresa, foi-me determinado pelo Promotor que acompanhasse o réu até o 1º Distrito Policial. Depoimentos formalizados, resolve o Delegado ir até o local da inspeção para colher mais provas, tendo eu que ficar aguardando, na companhia do réu, o retorno da equipe. Assim, ficamos eu e ele ali, naquele silêncio constrangedor, quando resolvi me desculpar:

- Olha, me desculpe, mas era minha obrigação!

Menção honrosa:

O caso do advogado preso no banheiro

Servidor Ricardo Maciel dos Santos

Naquela tarde eu estava respondendo pela secretaria quando entra uma advogada esbaforida no balcão dizendo que tinha um advogado preso no banheiro! Ela e seu colega de escritório esperavam a audiência quando ele informou que não poderia participar, pois precisava ir urgentemente ao banheiro. Depois da audiência, ela não o encontrou e foi bater à porta do banheiro masculino. Ninguém respondeu. Girou a maçaneta, já preocupada, mas a porta estava trancada!

Depois de ela narrar o que estava acontecendo e pedir ajuda, já um tanto nervosa, todos os olhares da Secretaria se voltaram para mim. Como se eu fosse o cara responsável pelo advogado preso no banheiro. Responsável por... salvá-lo! O fato é que eu já estava envolvido e tinha que fazer alguma coisa. Em poucos segundos visualizei vários cenários: o advogado esta-

- Fique tranquilo, disse ele, desde 1970 entro e saio de delegacias, já estou acostumado com isso.

E, para minha maior surpresa:

- Acho que conheço você de algum lugar! Por acaso você não trabalhou no Parque Castelo Branco?

- Trabalhar, trabalhar, não... Ajudei uma colega, há alguns anos atrás, pilotando a churrasqueira pra ela...(Caraca!! O cara me conhecia!!!)

Vejam vocês como o mundo é pequeno e a Terra é redonda:

- Você sabia, disse-me ele, que eu tenho uma fotografia tua com meus filhos na estante da sala da minha casa?! (Putz! O delegado tinha ido pra lá, buscar mais provas!)

Nesse íterim, a casa do sujeito já havia sido limpa pelos advogados dele! Já pensaram se o Delegado encontra a fotografia na casa do cidadão? Como é que eu iria explicar tudo?

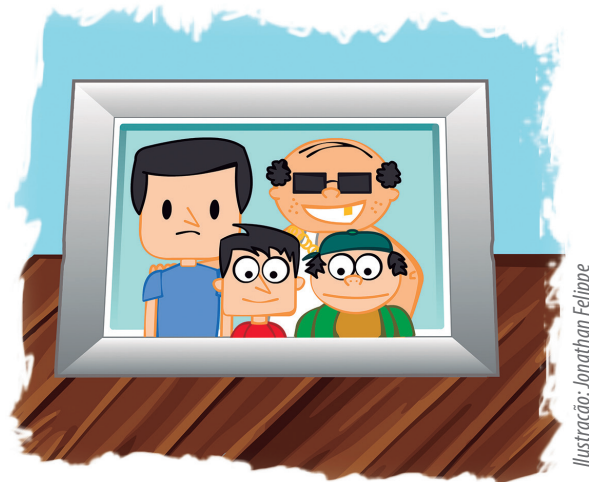


Ilustração: Jonathan Felipe

va bem, mas ainda fazendo o que ele tinha ido fazer lá dentro; o advogado estava bem, mas com vergonha de sair depois que alguém bateu à porta com mais rigor; o advogado não estava passando bem; o advogado não estava passando nada bem e estava vomitando ou sabe-se lá o quê; o advogado tinha desmaiado; o advogado tinha morrido.

Fomos até a porta do banheiro público. Ainda estava trancada! Senti que algo estava errado. Muito errado. Respirei fundo e comecei a bater na porta com força, chamando pelo nome do advogado. Nada. Bati de novo, com mais força ainda, para acordá-lo ou fazê-lo se manifestar de qualquer forma, mesmo que através de um resmungo, sei lá. Nada.

Liguei para o pessoal da portaria para que trouxessem a chave mestra daquele banheiro público, com urgência. Liguei também para o setor médico para já deixar de sobreaviso os enfermeiros.

Quando a chave chegou, fomos todos resgatar o advogado. Bem, amigos, aqui é que reside a loucura toda desta estória. No momento em que a vigilante abriu a porta e eu dei uma espiadela no interior do banheiro

fiquei atônito! Levei alguns segundos tentar entender o que estava acontecendo, o que eu fazia ali, o que era aquilo tudo... O banheiro simplesmente estava em reforma, com um saco de cimento num canto e um pouco de areia em outro, mas vazio de gente.

Não havia nenhum advogado preso no banheiro! Ai, ai, eu pensei, o que está acontecendo aqui? Eu tinha forçado a fechadura de um banheiro público, batido na porta, gritado com força o nome do advogado, acionado um monte de gente (portaria, setor médico) e não havia ninguém lá dentro. Senti-me um idiota, fazendo coisas sem sentido. E não é que numa questão de segundos, sim, segundos, o advogado aparece logo atrás de nós perguntando o porquê de todo aquele agito? Todos olhamos para ele, ainda incrédulos... e ele explicou que como a porta estava trancada ele desceu alguns pisos à procura de outro banheiro... Mas pelo amor de Deus, o que ele estava fazendo no banheiro esse tempo todo?



Ilustração: Jonathan Felipe

Menção honrosa:

O Castigo Vem a Cavalho

Servidor André Baccarin Batistela

Quem já trabalhou na “roça” sabe como é. Roda quilômetros de estradas de chão sem encontrar viva alma, nem boteco nem andarilho para perguntar onde fica a propriedade do “Dotô” Fulano. O pior é que o “Dotô” tem endereço certo e é encontrado na metrópole, mas a notificação e a citação vão para a propriedade, na qual ele só vai de vez em nunca, e, quando vai, normalmente é em um fim de semana, só para se deleitar com suas mandas e não para ser incomodado pelo oficial de Justiça. O capataz é orientado para não receber nada, mas, com o

traquejo adquirido ao longo dos anos de profissão, o oficial cumpre seu papel e ainda “masca um capim” durante a prosa com o peão.

Não foi difícil de encontrar a fazenda, no município de Loanda. Lembro que pude agendar a diligência por telefone. Fazenda grande, bonita, o capataz tinha celular. Mandado bem feito, com endereço preciso, pontos de referência e telefone para contato. Quantidade e descrição dos bovinos (raça e peso aproximado) no corpo do mandado. Uma maravilha, certeza de diligência tranquila, de rápida e fácil execução. Não fosse um pequeno detalhe...

A tarde já ia alta quando fui recebido pelo capataz. Trocamos algumas palavras e surgiu a pergunta fatídica: “Você sabe montar?” Na hora não entendi e perguntei por

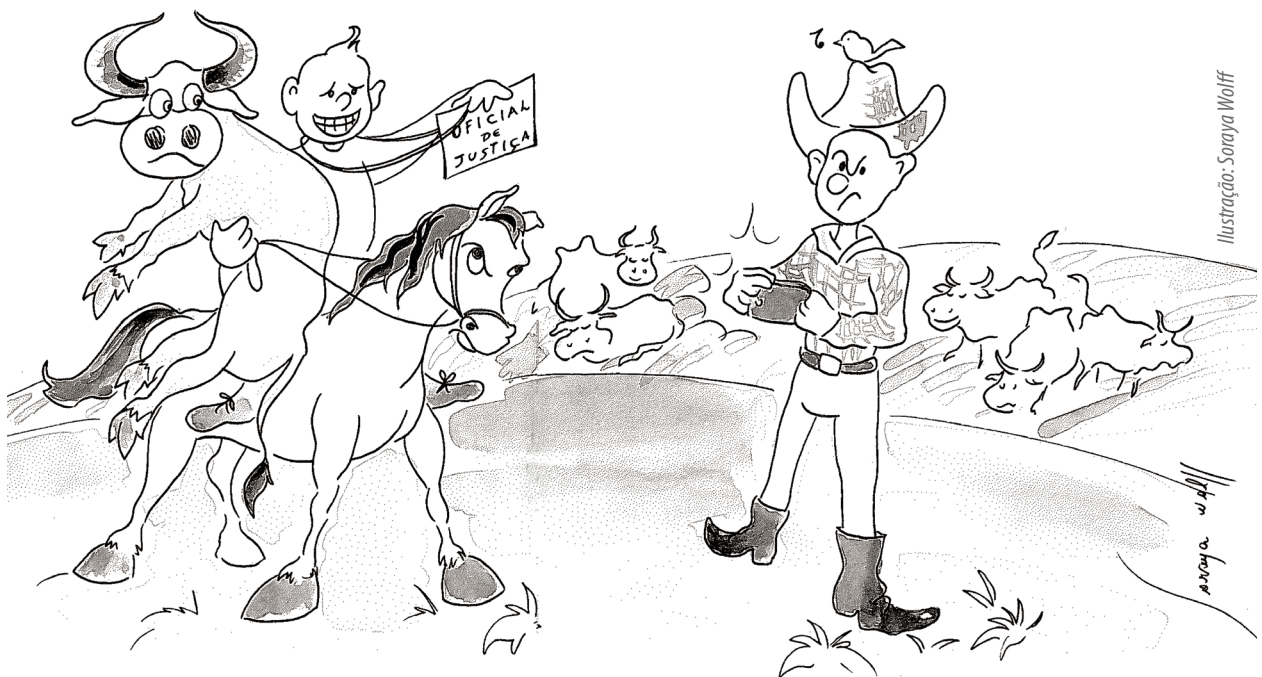


Ilustração: Soraya Wolff

quê. Ele já foi puxando um cavalo pelas rédeas. Cavalo bonito, selado, pronto para o galope. Disse para ir naquele, pois o outro não estava selado e era mais arisco. Aceitei com um ar de desconfiança, afinal, se tomar um café não é aconselhável, imaginem montar um cavalo que você não viu selar. Nem sabia por que eu precisaria de um cavalo, mas não perdi a pose. A última vez que montara um cavalo havia mais de quatorze anos, quando meu pai tinha sítio e eu, adolescente, achava que era o Beto Carrero, mas era só o cavalo acelerar que eu já me tremia todo.

O cavalo era necessário, pois o gado estava longe dali. Pecuária extensiva, pelo menos três quilômetros de cavalgada até a manada. Lá fomos nós. Ele foi à frente e não demorou para que percebesse que eu estava inseguro (sim, era medo). Ficava repetindo como fazia para o cavalo ir mais rápido, mas eu menosprezava o comando. Aos poucos fui criando coragem e o cavalo e o capataz perdendo a paciência. O pasto era tão irregular, com inúmeras valetas e morrinhos, que mais parecia uma pista de MotoCross coberta de capim. O animal quase empacava de tanto que eu puxava o freio de medo de cair.

Enfim chegamos em meio a boiada. O peão apartava os bois para que ficassem o mais próximo possível de mim. Assim eu consegui fotografá-los (depois de quase meia hora de cavalgada eu já estava conseguindo segurar as rédeas com uma mão e fotografar com a outra) e ter uma amostragem para a penhora. Coisa linda, sem

Menção honrosa:

Guarda-costas fujão

Servidora Beatriz Ferreira Corrêa da Silva



Certa vez, quando exercia a função na antiga 9ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, recebi para cumprimento um mandado de penhora e avaliação de um telefone (naqueles tempos em que telefone valia dinheiro) em um restaurante dançante localizado em uma das travessas da Rua Cruz Machado (local conhecido pela concentração de boates, prostitutas e travestis).



Foto do oficial de Justiça feita pelo capataz da fazenda

descer do lombo do cavalo eu me sentia o próprio Antônio Fagundes, no papel de Bruno Mezenga, girando com seu cavalo no meio da boiada ao som de "O Rei do Gado". Já era hora de voltar para a sede. O sol se punha e o caminho de volta era longo (para mim) e o pasto no lusco-fusco se tornava ainda mais irregular. Mas a "prática" fez com que diminuíssemos o tempo de volta em uns 10 minutos. Vitória!!!

Ainda deu tempo de registrar o acontecido. Não pude deixar de pedir ao capataz que tirasse uma foto minha no lombo do cavalo, devidamente identificado com meu crachá de Oficial de Justiça. Se eu apenas contasse o "causo", ninguém iria acreditar.

Atenção devedores, na Justiça do Trabalho do Paraná, O oficial vem a cavalo!

Como o estabelecimento somente abria à noite, fiquei com receio de ir sozinha. Resolvi, então, convidar um colega da Junta, de porte bastante alto e encorpado, para me acompanhar na diligência. Expliquei-lhe do que se tratava e ele aceitou a incumbência de servir de meu guarda-costas naquela ocasião.

Esperamos o término do expediente para depois nos dirigirmos ao referido restaurante dançante, a fim de cumprir o mandado. Chegando lá, encontramos a porta entreaberta e lá dentro havia apenas o garçom. Perguntei pelo proprietário do estabelecimento e ele me disse que este morava em apartamento em cima do local e que iria chamá-lo. Ficamos aguardando. Eis que adentra pela porta um senhor baixinho, muito franzino, perguntando-me qual era o problema. Expliquei-lhe que se tratava de um mandado de penhora decorrente de ação trabalhista, cujo objeto era o telefone do restaurante e que eu iria lavar o auto e o nomearia como depositário. Foi quando o indivíduo, enfurecido, esbravejou:

- É por estas e por outras que eu já aleijei onze. É, dona, porque matar eu não mato, mas dou uns tiros nas pernas, que é para o sujeito nunca mais se esquecer de mim.

Neste instante, meu colega "guarda-costas" com todo o seu tamanho, arregalou os olhos e voou para a porta do estabelecimento, lá ficando até eu terminar o meu serviço.

Como se vê, tamanho não é documento.

■ Semana Institucional

Assuntos estratégicos em debate



Alexandre Gonçalves

Des. Célio Waldraff, diretor da Escola Judicial, presidente Altino Pedrozo dos Santos e juiz José Aparecido, presidente da Amatra IX

Mais do que um mero workshop, a 4ª Semana Institucional da Magistratura do Trabalho do Paraná, em setembro, foi um momento de reflexão coletiva sobre assuntos de interesse estratégico, da magistratura e da sociedade, funcionando como uma espécie de “fábrica de ideias”.

As atividades de difusão do conhecimento jurídico-científico coincidiram, neste ano, com a semana em que o TRT-PR comemorou seus 38 anos, e incluíram palestras de juristas renomados, oficinas sobre questões práticas da magistratura, debates sobre a organização das unidades judiciárias, ponderações sobre a segurança e a saúde dos magistrados.

A assembleia geral dos magistrados presentes à Semana Institucional aprovou 18 proposições para aprimoramento do Judiciário Trabalhista paranaense, envolvendo, entre outros tópicos, o processo eletrônico e as ferramentas tecnológicas de apoio; temas prioritários para orientações jurisprudenciais; critérios de fixação, divisão de trabalho e promoção dos juizes; ergonomia e acessibilidade nos projetos de infraestrutura física e de tecnologia da informação. A Presidência



Alexandre Gonçalves

Ministro Mauricio Godinho autografa obra jurídica



Alexandre Gonçalves

Corregedora Fátima Teresinha Loro Ledra Machado fala aos magistrados na abertura da Semana Institucional

remeteu o expediente às unidades técnicas para identificar as ações adequadas ao encaminhamento das propostas da magistratura deste Regional.

Como apoio prático às questões enfrentadas no dia a dia dos juizes, quatro oficinas simultâneas trataram de temas como a tutela de urgência e da evidência, a análise probatória no processo trabalhista, o dever de fundamentação e o prequestionamento na perspectiva do projeto de alteração do Código de Processo Civil; o poder de disposição das partes sobre os atos do processo, também no âmbito da alteração do CPC e no incidente resolutivo de demandas repetitivas. Antes das oficinas, houve palestras de dois profundos conhecedores do anteprojeto do CPC, os doutores Luiz Rodrigues Wanbier e Sérgio Arenhart.

Outros pontos altos da Semana foram as palestras do ministro Mauricio Godinho, do Tribunal Superior do Trabalho, que falou sobre o Estado Democrático de Direito, a Constituição Federal e o Direito do Trabalho, e do professor Estêvão Mallet, que abordou a aplicação retroativa da jurisprudência e a segurança jurídica.

■ Perfil: Desembargador Luiz Celso Napp

“Desde a infância, me pediam para dizer quem estava com a razão”



Alexandre Gonçalves

Ele teve o privilégio de não passar pela angústia que afeta tantos jovens na hora de escolher uma profissão: “Desde a infância, brincando com os amigos, quando havia uma disputa eu fazia o papel de juiz. Procurava saber quem estava com a razão e defendia o seu ponto de vista”. Assim, a escolha de Luiz Celso Napp pela área do Direito foi natural, praticamente intuitiva.

O equilíbrio e a serenidade que se destacavam na personalidade do menino seguem até hoje como características marcantes do desembargador Napp. Na única vez em que levantou a voz durante uma audiência, recorda, foi pedir desculpas ao advogado ao final dos trabalhos.

Mas uma coisa tem incomodado ultimamente este catarinense de Rio das Antas, filho de comerciantes, descendente de alemães, neto de um lapeano que migrou para o Rio Grande do Sul: “A Justiça do Trabalho é a minha vida. No ano que vem completo 70 anos. Não sei como vou fazer sem ela. Sei apenas que saio com a certeza do dever cumprido”.

Veja a seguir o depoimento do desembargador Luiz Celso Napp ao Informativo Nona.

// *A magistratura precisa de vocação. Reprovei na prova oral e no concurso seguinte passei em todas as etapas. O esforço e a persistência deve ser a palavra de ordem, já que o concurso é cada vez mais elaborado. No entanto, a capacidade intelectual deve estar associada a uma boa dose de bom senso e também sensibilidade do aplicador da lei. Recordo que uma vez estava atribulado por diversas situações, e numa audiência fui indelicado com um colega advogado. No dia seguinte chamei o advogado ao meu gabinete para pedir desculpas. O juiz também erra e tem o dever de procurar atingir o fim mais elevado da lei e de sua vivência social.*

Os concursos para a magistratura sempre foram um desafio, mas a necessidade de se achar uma pessoa com o perfil mais adequado para o exercício da função tem levado a um detalhamento de temas, especialmente no que diz respeito aos direitos humanos e aos anseios de uma sociedade que espera muito do Poder Judiciário. Sou considerado um juiz de gabinete. Sem dúvida alguma a formação intelectual permanente de juiz é uma necessidade, contudo a vida acadêmica não pode substituir o trabalho que decorre da experiência, não podendo a busca do conhecimento se sobrepôr aos ditames constitucionais de celeridade e presteza da tutela.

A contemporaneidade do Direito do Trabalho na sociedade de risco é um fato. A história do Direito do Trabalho aponta sua atualidade, quando na sociedade de mercado ainda se percebe um grande trabalho a ser desenvolvido, as garantias constitucionais ainda precisam de regulamentação e muitas, com as leis vigentes, não conseguem ser colocadas em prática. O princípio da alteridade é um objetivo a ser atingido, da mesma forma que a ética é uma necessidade de construção diária. O Direito do Trabalho pode ser considerado um parâmetro que tem relevância histórica que se repete com maior evidência na atualidade, uma vez que faz a mediação entre o capital e o trabalho, conjugando esforços para concretizar a dignidade humana frente aos novos riscos que a competitividade de mercado impõe.

O principal é que precisamos sempre valorizar os operadores do Direito no exercício de suas atividades, já que a Justiça não prescinde do princípio do contraditório e da ampla defesa, na qual o advogado atua ao lado do juiz para administração da justiça, sem qualquer subalternidade. O servidor é o grande facilitador e interlocutor social na gestão do processo, muito exigido hoje pelas novas tecnologias, a exemplo do PJe. E o juiz, lembrando a ministra Eliana Calmon, precisa estar em contato permanente com a sociedade, para que a Justiça procure buscar um perfil moderno e que atenda aos anseios dos jurisdicionados. //

Hobby: leitura e cinema

Prato predileto: churrasco

Provérbio: “Uma grande vida é o ideal da juventude realizado na idade madura” - Alfred de Vigny

Lugar inesquecível: Nova York

Livro: O Advogado do Diabo - Morris West



Alexandre Gonçalves

O Primeiro Grau e a solução dos conflitos



Alexandre Gonçalves

Juiz Fernando Hoffmann, vice-coordenador da Escola Judicial

“A Justiça do Trabalho precisa evoluir na questão do real alcance do poder do juiz de primeiro grau, para que as pessoas não entendam que seus problemas só serão resolvidos em instâncias superiores, como é comum pensarem hoje”.

A opinião vem de alguém com conhecimento de causa e experiência acadêmica. Além de juiz titular da Vara do Trabalho de Castro, Fernando Hoffmann atua como vice-coordenador da Escola Judicial do TRT-PR e coordenador dos cursos de pós-graduação da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná. Antes de se fixar em Castro, Fernando Hoffmann atuou na nona Vara do Trabalho de Curitiba e nas varas de Toledo e Telêmaco Borba, além de trabalhar como juiz auxiliar da Corregedoria na gestão do desembargador Arnor Lima Neto. A carreira na Justiça do Trabalho começou cedo. Em 1997, foi classificado em primeiro

lugar no concurso do TRT-PR. A opção pela magistratura, aliás, foi quase hereditária. Fernando pertence a uma família que tem a balança da Justiça integrada à árvore genealógica. Seu pai foi presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e seus dois irmãos são juízes estaduais.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, Fernando Hoffmann concluiu também na UFPR o mestrado em Direito das Relações Sociais. Em 2004 aventurou-se em uma viagem para a terra de Camões, a fim de fazer pós-graduação na Universidade de Coimbra.

Das terras portuguesas trouxe a paixão pela escrita peculiar do escritor José Saramago e o refinamento do paladar, que se rendeu ao bacalhau ao molho de queijo que experimentou na cidade do Porto. “Nunca vi algo igual”, garante, para dizer em seguida que gosta de harmonizar alimentos e temperos com vinhos, sua bebida predileta. Outras predileções são o cinema e o rock, em especial os filmes do diretor Francis Ford Coppola e as músicas dos Rolling Stones.

Casado, pai de um casal de filhos, ao ser questionado sobre qual decisão traria mais benefícios ao País, Fernando é categórico: “Aquela que pudesse obrigar o acesso a uma educação de qualidade para todos”. Pensando assim, a frase inicial do livro *As Intermitências da Morte*, de Saramago, “No dia seguinte ninguém morreu”; poderia perfeitamente se transformar em “No dia seguinte ninguém deixou de ir a uma boa escola”.

Esportes no Tribunal

Saúde, confraternização e medalhas

Apoiar o esporte sempre traz bons resultados. Prova disso foram dois eventos de setembro em que atletas do TRT-PR se destacaram, em Curitiba e em Maceió. Em Curitiba, a corrida alusiva ao aniversário de 38 anos do Tribunal rendeu momentos de confraternização em noite de céu limpo, temperatura agradável e lua cheia. Ao todo, quase mil pessoas participaram da competição no Parque Tingui, entre elas, magistrados, servidores, familiares e amigos.



Ivan Gouvea do Carmo, ao centro, foi o principal medalhista da delegação paranaense em Maceió

Já na tradicional Olimpíada Nacional da Justiça do Trabalho, o TRT do Paraná subiu sete posições no ranking em comparação com o ano anterior, alcançando a 8ª colocação geral. A Olimpíada aconteceu no final de setembro, em Maceió.

Neste ano, 30 atletas da 9ª Região participaram das competições, entre magistrados e servidores, garantindo um total de 25 medalhas nas modalidades de vôlei, vôlei de praia, tênis, natação, atletismo, ciclismo e futsal. No vôlei feminino, de quadra e de praia, o TRT-PR foi



Equipe de vôlei de quadra feminino foi octacampeã

mais uma vez imbatível. Sagrou-se campeão pela oitava vez consecutiva. Os atletas conquistaram medalhas de ouro também no tênis, atletismo e natação.

A competição teve um sabor especial para o servidor Ivan Gouveia de Castro. Ele comemorou nas pistas e na piscina a quebra de três recordes – um em atletismo, categoria masculina dos 800 (55 anos ou acima), e outros dois em natação, costas e nado livre, categoria masculina dos 50m (55 anos ou acima).



Largada da 79ª Corrida da Lua Cheia



Atletas concentrados momentos antes do início da prova, que teve 167 inscritos pelo Tribunal